

DE BRASÍLIA

JOSÉ MÁRCIO MENDONÇA

O País suportaria outro fracasso da receita de Delfim?

Enquanto o ministro Ernane Galvães e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, cuidam, em tempo quase integral, do financiamento das contas externas brasileiras, o restante da equipe econômica do governo está totalmente mobilizada no combate à inflação. Sob o comando do ministro Delfim Neto, a equipe oficial vai começar a bater duro para derrubar os índices dos atuais 9 a 10% ao mês para a média de 5% ao mês no terceiro trimestre, de acordo com a promessa ao Fundo Monetário Internacional.

E qualquer recurso será válido, até a volta do tabelamento geral através do Conselho Interministerial de Preços: "É uma questão em aberto" — garante o assessor econômico da Secretaria do Planejamento, Akihiro Ikeda.

Na realidade, no entanto, o tabelamento já está voltando para alguns produtos. Um dia após a declaração de Ikeda, o secretário de Abastecimento e Preços, Milton Dallari, anunciava que os preços dos remédios — liberados desde junho do ano passado — voltarão a ser controlados pelo CIP. A Seplan vai tentar ainda esta semana convencer

os supermercados a aceitarem a opção do lucro zero: durante 30 dias, a partir de 1º de outubro, os preços de 29 produtos seriam congelados.

O tabelamento seria seletivo. Atingiria apenas os setores nos quais o nível de concorrência é baixo ou praticamente não existe. Além dos remédios, óleo de soja, alguns produtos industrializados e, talvez, até o pão.

Certos abusos — determinados produtos aumentaram 120% em dois meses — já foram detectados nos levantamentos oficiais e deverão ser coibidos imediatamente. Ikeda defende a pronta punição dos culpados. E Dallari acena com a reativação da Lei Delegada nº 4, muito em voga no início dos anos 70, e que permite ao governo fechar os estabelecimentos comerciais responsáveis pelos abusos.

Toda esta batalha é um programa de emergência para evitar que, antes mesmo de assinado o acordo com o FMI, um dos compromissos da última carta de intenções seja rompido. "O quadro é complicado e mais difícil a curto prazo, mas podemos conseguir" — assegura Ikeda, com uma certa dose de otimismo que não encontra eco entre os empresários e economistas.

O ceticismo de empresários e economistas atinge também as projeções para 1984: uma inflação média de 2,5% ao mês no último trimestre do ano. Antônio Ermírio de Moraes chegou a prometer o prêmio Nobel de Química às autoridades econômicas se elas conseguirem esta façanha. Na Secretaria do Planejamento, no entanto, a meta é dada como tecnicamente possível. Os assessores do ministro Delfim Neto baseiam-se em quatro pontos para justificar esse otimismo:

1. A escassez de alimentos, responsável por altas consideráveis no custo de vida em determinados meses, poderá não se repetir. Mas esta é uma variável de difícil controle, conforme reconhece Akihiro Ikeda:

"Na realidade, nunca se sabe ao certo o que vai acontecer. O controle do governo vai até a indução do plantio". E este esquema está bem montado, acreditam as autoridades. Se o clima não prejudicar, asseguram, pelo lado dos alimentos a inflação estará controlada em 84.

2. O peso das restrições às importações também deverá ser substancialmente reduzido. Pelos cálculos oficiais, deverá haver uma folga de 1,4 bilhão de dólares para o aumento das importações das empresas privadas. O gasto com as compras no Exterior deverá ser o mesmo deste ano — 16 bilhões de dólares — mas o governo prevê uma economia com petróleo — 1,4 bilhão — que será totalmente repassado para o setor privado. As importações das estatais e de trigo terão um crescimento zero.

3. Duas outras fortes pressões sobre os preços este ano estão, até agora, afastadas: uma nova maximização do cruzeiro e a chamada "inflação corretiva", já praticamente terminada.

4. O déficit público, segundo cálculos oficiais, responsável por um aumento mínimo de 5% nos preços todos os meses, estará mesmo totalmente eliminado no final de 1984. E sem os traumas e a recessão que a sociedade brasileira está temendo, calcula Akihiro Ikeda.

A estratégia do governo para chegar a este equilíbrio visa promover ainda mais um corte nas despesas do setor público, além de um aumento na receita:

"Se formos zerar apenas pelo corte nas despesas, podemos ir para uma recessão maior ainda" — lembra Ikeda.

Parte deste aumento de receitas já está garantido com algumas medidas tomadas este ano e que só produzirão resultados no próximo: aumento das taxas de juros para a exportação e para o crédito agrícola e algumas alterações no Imposto de Renda. Mesmo assim, vai ser preciso

arrancar alguns bilhões de cruzeiros a mais. "Não está fora de propósito ajustar algum imposto" — adverte o assessor econômico do ministro do Planejamento.

As opções já estão até sendo estudadas na Secretaria da Receita Federal, e, novamente, a mordida será do leão do Imposto de Renda. O "pacote tributário" poderá determinar a criação de mais uma alíquota — 60% para as pessoas físicas, corrigir as tabelas progressivas em índices inferiores aos da inflação, reduzir o Fundo 157 e aumentar as contribuições das empresas e das aplicações de pessoas físicas no "open."

Na Secretaria do Planejamento há a convicção de que os cortes nos gastos públicos não deverão ser tão grandes como se teme. Parte da economia, calcula-se, será alcançada normalmente pelos Estados na redução dos gastos com as altas taxas pagas pelos bancos para vender certificados de depósitos bancários, ainda uma das mazelas da orgia eleitoral montada para salvar o PDS. Até hoje, esta irresponsabilidade está sendo paga pelos cofres públicos.

O que faltar vai ser mesmo coberto com a redução das despesas do governo, tanto em custeio quanto em investimento. Os cortes serão seletivos para evitar o risco de aprofundamento da recessão: "Quem trabalha para o governo vai sofrer um pouco, mas as empresas como um todo serão beneficiadas; pois o setor público não vai brigar, mas pela poupança disponível" — garante Akihiro Ikeda.

Assim está pensando o governo hoje, absolutamente convicto de que seu programa de ajuste da economia é perfeito e vai dar certo. Só nos acertos com o FMI, essas contas ajustadinhos já falharam duas vezes. A sociedade brasileira suportaria um outro fracasso, como está prevendo a maioria dos economistas e empresários não engajados no projeto oficial?